



**Volnei Garrafa**

Professor de Bioética da UnB e  
Ex-Decano de Extensão

**Foto:**

Gil Ferreira/Agência CNJ

## ENTREVISTA

# Volnei Garrafa: “Somente foi possível retomar a construção da verdadeira extensão na UnB a partir de 1985, com a queda da ditadura”

por Guilherme Alves<sup>1</sup>

**Volnei Garrafa**<sup>2</sup> é Doutor em Ciências pela Universidade do Estadual Paulista (UNESP), Pós-Doutor em Bioética pela Universidade La Sapienza, em Roma, e Diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Nesta entrevista, ele fala sobre a política de Extensão Universitária da UnB através dos anos e sobre a aproximação entre Universidade e Sociedade. Foi Decano de Extensão da Universidade de Brasília entre 1985 e 1989.

**Historicamente, dois entendimentos de extensão foram opostos, a extensão como serviço a ser prestado à comunidade, isolada do processo de produção de conhecimento da Universidade, e a outra, uma parceria político-pedagógica com a sociedade civil, de forma mutuamente transformadora. Pode comentar sobre essa relação durante a sua gestão como Decano, entre 1985 e 1989?**

Até o término da ditadura civil-militar (1964-85) a extensão universitária desenvolvida no Brasil era essencialmente assistencialista, com raros espasmos temporários registrados em uma ou outra universidade do país. Nada de verdadeiramente orgânico existiu até então, pelo contrário. As atividades de extensão eram entendidas na época pelo desenvolvimento de eventos tradicionais tipo conferências, mesas redondas, encontros, etc., como atividades extras à rotina acadêmica cotidiana. Algumas poucas universidades públicas, por estímulo dos operadores da ditadura civil-militar de 1964-1985, criaram alguns campi chamados “Avançados” em áreas geralmente distantes das sedes. Em geral, eram universidades mais antigas do sul que se instalavam com alguns projetos acadêmicos específicos em estados do norte, nordeste e centro-oeste do país, com apoio do então chamado Projeto Rondon que tinha, além de propósitos notoriamente ideológicos atrelados aos inte-

---

<sup>1</sup> Jornalista do Decanato de Extensão (DEX/UnB) e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB).

<sup>2</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>

resses especialmente dos militares golpistas, o objetivo “patriótico” de “levar jovens a conhecer outras regiões do nosso rico e glorioso país”. É importante, contudo, deixar registrado que mesmo no corpo de funcionários do projeto Rondon existiam técnicos profundamente comprometidos com ideais democráticos, mas que enfrentavam grandes dificuldades para o exercício de suas tarefas. Muitos deles, aliás, após a desativação do formato antigo de Rondon, naquela mesma época foram absorvidos pelo Decanato de Extensão (DEX) e trabalharam firmemente ao lado de projetos de reconstrução democrática do país.

Na nossa gestão no Decanato de Extensão da UnB entre os anos 1985 e 1989 começamos a construir, então, em conjunto com um grupo de universidades públicas brasileiras, um novo conceito de EXTENSÃO que de certo modo até hoje é seguido em suas grandes bases. Em novembro de 1987, juntamente com um grupo de pró-reitores de nada menos que 33 universidades federais, organizamos na UnB o 1º Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ocasião em que fundamos o Fórum Nacional de Pró-Reitores da Área (FORPROEX). Como Decano (ou Pró-Reitor...) de Extensão da UnB na época (Cristovam Buarque era o Reitor), tive a incumbência de ser seu primeiro presidente, no biênio 1987-1989. Nesse Encontro, além da aprovação do Regimento do Fórum, três foram os temas centrais em debate: o Conceito de Extensão, que hoje ainda defendo, pela sua atualidade; a Institucionalização da Extensão – já que recém havíamos derubado a ditadura civil-militar e praticamente nada existia de concreto e/ou útil no Ministério da Educação com respeito à área; e o Financiamento para o Setor.

A partir deste evento, começamos uma fecunda relação bilateral com o Ministério da Educação (MEC) da chamada Nova República, no sentido de criação das seguintes ações a partir de pressão constante do Fórum: Uma estrutura organizacional no MEC de um órgão responsável pela extensão; Criação de um Fundo Especial para Financiamento da Área (programas e projetos); e o estabelecimento do Sistema Nacional de Bolsas de Extensão, até então inexistente.

Em maio de 1989 foi realizado em Belo Horizonte, na UFMG, o 2º Encontro, com o Fórum já consolidado. A ideia teórica defendida desde o início para o conceito de EXTENSÃO era que se tratava de “uma forma social e politicamente comprometida de ensinar e pesquisar”. Procurando driblar a incompreensão generalizada e, faço questão de registrar, certo estigma e alguma discriminação vindas das áreas acadêmicas ditas “duras” sobre o significado real de extensão no contexto científico de então, usei muitas vezes a

poesia do grande poeta amazonense Thiago de Mello para expressar a essência das nossas ações: “Não temos caminho novo; o que temos de novo é o jeito de caminhar...”.

Muitas das ideias aqui expostas, assim como os documentos citados, estão incluídos no corpo e nos anexos de dois livros que publicamos na época com apoio da Editora UnB: “Extensão: do assistencialismo ao compromisso” (1986); e “Extensão – a Universidade construindo saber e cidadania” (1989).

Essa já extensa resposta tem uma razão profundamente crítica de ser: não se pode fazer extensão simplesmente por fazer, deixar o cais do porto sem a rota definida e onde se pretende chegar! A extensão não é nem pode ser empírica, meramente prático-praticante! Quem dela fizer uso, necessita partir da reflexão teórica para, então, chegar à prática, retornando depois à teoria, em um movimento espiral e dialético que adentra um mundo contraditório e em constante movimento, onde os problemas que ela, a EXTENSÃO, se vê obrigada a enfrentar (como a pandemia de Covid-19 neste momento histórico), requerem abordagens concretas, necessariamente inter e transdisciplinares, de complexo, mas indispensável domínio.

**O Plano Orientador da UnB, em 1962, registra diversos programas de extensão cultural, como forma de ampliar a presença da Universidade em Brasília. Como o encontro de Darcy Ribeiro com Anísio Teixeira ajudou a moldar a Extensão Universitária praticada na recém-criada Universidade de Brasília?**

Vamos falar verdades, sobre a realidade! A UnB foi criada em 1962 e de fato existiam ideias e planos teóricos de desenvolvimento de atividades extensivas no novo e revolucionário projeto, especialmente direcionadas à área cultural, e que merecem todos elogios. Contudo, no sentido do que hoje se entende conceitualmente por EXTENSÃO, ou seja, universidade e sociedade se aproximando, dialogando, compartilhando e corresponsabilizando-se por experiências inovadoras e transformadoras, muito pouco foi feito, até mesmo em razão de sequer ter havido tempo para isso nos dois escassos anos de liberdade que a UnB viveu então, já que a partir de 31 de março de 1964 tudo mudou e qualquer esboço de criatividade passou a ser a perseguido e calado. É verdade que a UnB tinha uma ideia transformadora de universidade, onde à extensão era destinado um papel – pelo menos teoricamente - significativo.

Outros setores se desenvolveram muito bem, como a própria estrutura acadêmica da Universidade, com um ensino básico obrigatório para todos os estudantes que ingressavam, além de que o processo educativo era

desenvolvido basicamente em blocos de conteúdos interdisciplinares, etc. Mas a extensão, particularmente, não teve tempo para desenvolver ideias a partir da nova proposta, porque se necessita de algum tempo para atuar e intervir na realidade concreta até se alcançar resultados palpáveis. Na realidade, somente foi possível retomar a construção da verdadeira extensão na UnB a partir de 1985, com a queda da ditadura. E mesmo assim, se considerarmos o espaço de tempo transcorrido entre 1985 e os dias atuais, mesmo com administrações presumivelmente “democráticas” e “abertas”, a extensão teve espasmos conservadores que atrapalharam em diversos momentos um desenvolvimento desejável. Algumas vezes por ciúmes dos palpáveis resultados alcançados, outros por incompetência mesmo. Para se praticar a extensão é indispensável, além de conhecimento real do seu significado conceitual e prático, muita disposição para o trabalho além de uma boa dose de que chamo de “compromisso militante” direcionado ao duro cotidiano a ser operado e transformado.

### De que modo o Golpe Civil-Militar de 1964 impactou a Extensão da UnB?

Com exceção dos dois breves anos que a UnB teve entre o período de sua criação e o início da ditadura – entre os anos 1962 e 1964 – a extensão na instituição foi essencialmente desenvolvida por meio de atividades culturais e da promoção de algumas conferências e eventos isolados e esporádicos. Com a criação do projeto Rondon, as atividades com ele relacionados foram incorporadas pela UnB, que criou o Campus Avançado do Médio Araguaia que funcionou inicialmente em Aragarças, no estado de Goiás, junto à fronteira com o Mato Grosso na altura de Barra do Garças, às margens do Rio Araguaia. Mais adiante, já no final dos anos 1970/início dos 80, o Campus foi transferido mais para o norte do Araguaia, em Nova Xavantina, Mato Grosso, sendo desativado por decisão colegiada logo após a queda da ditadura e posse da primeira reitoria democraticamente eleita da história da UnB.

Com a ditadura civil-militar de 1964, a extensão passou a ter um relevo bastante específico, portanto, representada especialmente por meio de atividades de sua Editora, com publicações que geravam eventos internacionais que tinham a participação de grandes pensadores, especialmente conservadores. Para estas atividades, cujos grandes momentos eram reservados para os chamados “Encontros Internacionais da UnB”, eram convidados alguns pensadores contemporâneos, especialmente filósofos, economistas, cientistas políticos e escritores de um modo geral, a grande maioria com ideias políticas compatíveis com a ideologia requerida pelo poder civil-

-militar reinante no país. Eu diria que esse tipo de atividades, assim como o produto delas – livros publicados pela Editora UnB – foi o que mais chamou a atenção como produto da ação da ditadura no campo da extensão na UnB, apesar da redução do termo “extensão” a atividades pontuais, episódicas, de conteúdo básico conservador e mesmo reacionário aqui já comentado.

### **O Decanato de Extensão foi criado apenas em 1970. Qual foi a importância dessa institucionalização?**

Sob o ponto de vista organizacional da UnB dessa época, ou seja, em pleno período da ditadura, a importância foi enorme e já explico as razões. Contudo, sob o ponto de vista de avanços teórico-metodológicos relacionados organicamente ao que se entende realmente por extensão na sua essência e concretude, NENHUMA IMPORTÂNCIA. O que pretendo expressar pela dura frase inicial acima, sobre se houve ou não avanços, esses foram absolutamente unilaterais e exclusivamente de interesse da elite civil-militar dominante. O Decanato de Extensão criado no início dos anos 1970 em plena ditadura, foi concebido pelo capitão de mar e guerra José Carlos de Almeida Azevedo, inicialmente vice-reitor (1972-76) e depois reitor (1976-1984), provavelmente a pessoa mais nefasta e ao mesmo tempo temida que passou pelo campus da UnB ao longo de sua história. Esses cargos superiores da Instituição eram na época nomeados diretamente pelos militares que comandavam a ditadura; portanto, a denominação mais adequada para os mesmos era “Interventores”.

Quando assumi o DEX, em agosto de 1985, sua estrutura era enorme, inchada, incorporando especialmente a Editora e a área de Educação à Distância, além de conduzir também as atividades tradicionais da extensão que incluíam a promoção de eventos, cursos e conferências, mas sempre atendendo aos objetivos e interesses de quem mandava. É conveniente lembrar que nesta época os organismos colegiados tinham um funcionamento completamente controlado e restrito. Quem realmente decidia as coisas na Instituição era a então chamada “Mesa Executiva”, órgão centralizador composto exclusivamente pelo reitor, seu presidente, o vice-reitor e os cinco decanos então existentes, todos estes nomeados unilateralmente pelo reitor. Os colegiados superiores eram uma espécie de “faz de conta”, que apenas legitimavam o que o capitão-reitor já tinha anteriormente decidido. A institucionalização da extensão na UnB no conceito do que hoje se entende verdadeiramente por extensão, portanto, aconteceu somente após o término da ditadura.

### **No processo de abertura política, a sociedade civil e os movimentos sociais questionaram o papel do Estado e da Universidade pública. Qual**

## dimensão essa participação e as demandas da sociedade devem ter para a prática extensionista?

A participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados é central não só com relação à sua participação direta e indireta nas atividades de extensão, como principalmente na definição dos projetos a serem definidos e executados a partir de demandas e necessidades concretas detectadas com base em uma relação bilateral construída junto à população. Para desenvolvimento das atividades do DEX no interregno 1985-1989, após o planejamento do desmembramento da Editora e do Centro de Educação à Distância como unidades próprias, o Decanato foi dividido em duas grandes áreas operacionais: o Centro de Apoio aos Núcleos Permanentes de Extensão – CANPE (que operaram com expressiva quantidade de departamentos e institutos/faculdades na Ceilândia; Novo Gama, Pedregal e Céu Azul; e Paranoá); e o Centro de Apoio a Programas e Atividades de Extensão - CAPRE.

Atendendo a uma das perguntas aqui formuladas, registro a seguir alguns dos projetos e atividades implantadas e desenvolvidas pelo DEX na época, inclusive com a original criação de alguns dos órgãos hoje existentes e consolidados na UnB e que sequer existiam no organograma da Instituição e que depois acabaram sendo autônomos pelas suas próprias características e necessidade natural de crescimento. A criação de todas as atividades abaixo relacionadas foi precedida da elaboração e aprovação pelo Conselho Universitário de trabalhosas Resoluções específicas, uma vez que até então nada disso existia a nível institucional; pelo contrário, tudo era novo...

- Centro de Apoio ao Intercâmbio e Atividades Internacionais;
- Casa da Cultura da América Latina;
- Programa de Conferencistas Residentes (professores que ficavam de 3 a 6 meses interagindo e dando aulas e conferências em diferentes departamentos da UnB, com salário pago por alguma empresa pública conveniada), depois infelizmente desativado em administrações que se seguiram;
- Programa de Bolsas de Extensão;
- Fundo Orçamentário para Atividades de Extensão, o qual permitia o oferecimento de recursos para projetos, por meio de um edital anual específico;
- Estágios Curriculares Supervisionados, que até então não tinham ne-

nhuma regulamentação, sendo desenvolvidos sem regulação e/ou controle nos diferentes departamentos e carreiras acadêmicas;

- Criação da modalidade “Módulo Livre”, criação original da UnB em nível nacional que passou a proporcionar aos alunos terem créditos acadêmicos. Nos anos subsequentes, as diferentes carreiras da universidade tiveram que definir um número mínimo de créditos desta nova modalidade nas suas estruturas curriculares;

### A relação com a sociedade teve ênfase na reformulação da política de extensão que aconteceu durante a sua gestão, a partir de 1985? Quais foram as principais políticas adotadas?

Esta questão de certo modo está em parte respondida na pergunta anterior. Aproveito para reforçar que passamos a entender a extensão, então, como uma forma social e politicamente comprometida de desenvolver atividades e projetos de ensino e pesquisa preferencialmente extramuros, diretamente na realidade, objetivando transformá-la. Neste sentido, gostaria de aqui apresentar uma ideia que venho trabalhando desde aquela época e que se refere à interpretação da extensão universitária como uma nova ÉTICA APLICADA, somando-se, assim, às três outras já academicamente reconhecidas: a ética ambiental; a ética dos negócios; e a bioética - a ética da própria vida planetária no seu amplo sentido. Para o desenvolvimento desta ideia, procuro utilizar o conceito de PRINCÍPIO com o propósito de nortear os caminhos a serem utilizados na sua construção. O conceito de Princípio varia de acordo com a fonte consultada: se a Filosofia, ou se o Direito. Aqui no nosso caso específico da extensão, faço uma proposta diversa, abaixo exposta.

As ÉTICAS APLICADAS possuem pelo menos duas funções: uma normativa, de cunho prático; e outra teórica e crítica, também chamada de analítica, sendo que a primeira pode ser considerada a condição para um ato ético. Com relação aos PRINCÍPIOS, devemos entender que os mesmos não significam verdades permanentes e imutáveis. Tampouco podem ser considerados como categorias universais que sirvam de orientação para todos os casos particulares. Ao contrário, os princípios não são flexíveis o suficiente para abranger todas as situações éticas. E toda vez que tentamos impor princípios sobre uma determinada questão ou problema, isso nos torna suscetíveis a chegar a algum tipo de distorção. Dito isso, seguimos nessa linha de reflexão...

Os campos da Filosofia e do Direito apresentam duas concepções diver-



sas para a interpretação e uso do conceito de “princípio”: uma horizontal, mais ampla; e outra vertical, que proporciona especificidades. Para o enfoque de PRINCÍPIO nas ÉTICAS APLICADAS – e no caso específico da EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – proponho uma abordagem híbrida, ao mesmo tempo HORIZONTAL e VERTICAL, dependendo da especificidade ou generalidade da questão, problema ou conflito a ser enfrentado. A HORIZONTAL proporciona a base, o fundamento teórico que irá guiar as ações; e a VERTICAL proporciona a aplicação, os caminhos para as ações práticas, mesmo com suas limitações já acima expostas mas que podem permanentemente ir sendo ajustadas e aprimoradas.

Na concepção VERTICAL os PRINCÍPIOS seriam guias de ação que resumem e envolvem toda uma teoria e que ajudam o sujeito ético a tomar uma decisão moralmente aceitável. Neste sentido, precisam formar um sistema moral articulado capaz de fornecer orientações úteis, necessitando de uma teoria que os fundamente, senão estarão fadados a flutuar permanentemente em meio às inseguranças. Assim, nessa concepção, PRINCÍPIOS seriam imperativos necessários a toda ação ética aplicada e não formas abstratas que se impõem sobre a realidade e que podem ser questionados na medida em que se contrapõem aos fatos concretos.

Na concepção HORIZONTAL ADAPTADA ÀS ÉTICAS APLICADAS – À EXTENSÃO, NO NOSSO CASO - os PRINCÍPIOS devem ter a capacidade de filtrar criticamente os fatos e as inerentes reflexões éticas com eles relacionados, colocando permanentemente à prova seus pressupostos e rechaçando tanto o absolutismo (que denominamos de “imperialismo moral”) quanto o relativismo niilista. Este modelo vem sendo trabalhado há mais de 20 anos aqui na UnB e tem como base epistemológica a chamada “Bioética de Intervenção”, na qual o DIÁLOGO é apresentado como uma das bases para fundamentação dos princípios, com busca de equidade na escuta das falas de todos os participantes do diálogo.

Neste sentido, a proposta de horizontalidade aqui exposta toma a figura dos CAMINHOS como elemento referencial, em retorno à histórica noção aristotélica que definia princípio como ponto de partida. Esses caminhos, contudo, não são os caminhos heideggerianos, que somente os lenhadores conhecem, mas os caminhos do “Grande Sertão Veredas”, de Guimarães Rosa, que se cruzam sem se chocar, onde há um ir e vir cheio de riscos, acertos e encontros; onde os rios têm três margens. Ou ainda, recordando Van Rensselaer Potter, o criador da BIOÉTICA, onde se constroem “pontes”. Se o princípio for entendido desse modo, podemos dizer que o ponto de partida pode coincidir com o ponto de chegada, na expressão do grande sanitário e operoso ex-deputado e senador italiano Giovanni Berlinguer, onde os princípios

devem estar naturalmente relacionados às ações a serem eticamente executadas, fluindo como as águas de um rio, que correm naturalmente em direção ao mar.

**Uma das políticas foi a criação de Núcleos Permanentes de Extensão – em Ceilândia, Paranoá e Novo Gama. Hoje, a UnB tem Polos de Extensão na Estrutural, Paranoá, Recanto das Emas e no Goiás, em Alto Paraíso e Território Kalunga. Acha que essa expansão territorial é fundamental?**

Sem dúvida nenhuma. O verdadeiro sentido e meta de uma universidade pública, além da criação de novos conhecimentos por meio da pesquisa e da formação de profissionais capacitados às necessidades do país, é estar a serviço da população que a mantém. A atual proposta de “Polos de Extensão” constitui aproximadamente – em termos conceituais e prático/operacionais – o que foram os Núcleos Permanentes que criamos em 1985 e que lamentavelmente, por descontinuidade, desinteresse, falta de compromisso político-social e mesmo por desconhecimento real do verdadeiro significado de “extensão” por parte de pessoas responsáveis pela área, foram sendo lenta e melancolicamente desativados. Felizmente e em muito boa hora, a atual administração que está à frente da UnB retomou a reaproximação com a comunidade por meio dos Polos atualmente existentes e outros que poderão vir a ser abertos no futuro.

Para que os leitores tenham ideia do funcionamento dos antigos Núcleos Permanentes de Extensão, entre os anos 1985 e 1989 nada menos que 38 departamentos da UnB funcionaram, por exemplo, na Ceilândia. O Decanato tinha uma equipe coesa de quase 100 pessoas entre professores, técnicos de extensão e pessoal de apoio administrativo. Tudo funcionava ao redor de nove (9) grandes eixos programáticos organizados a partir de problemas reais detectados em reuniões desenvolvidas com a própria população, na época intermediadas pela histórica entidade dos “Incansáveis Moradores da Ceilândia”, organização existente desde os tempos heroicos das lutas pela regularização da área, que foi inicialmente uma invasão, uma vez que a própria denominação da cidade é originária da sigla CEI – Centro de Erradicação das Invasões.

Para exemplificar, um desses eixos denominava-se “Meninos de Rua”, no qual nada menos que oito (8) departamentos/áreas atuavam, entre eles: a Educação/Pedagogia (programa de alfabetização: “adestrar para não amestrar”, com base nas ideias de Paulo Freire); Psicologia e Educação Física (prevenção do uso de drogas); Odontologia (foi montada uma clínica simplificada na sede, situada em um edifício adquirido pela UnB no centro da Ceilândia, além de que três creches também eram atendidas pelos estudantes nos pró-

prios locais); Biblioteconomia (no Núcleo foi criada a primeira e histórica biblioteca da Ceilândia); Direito (Escritório de Apoio Jurídico); etc. Como a memória é fraca e a história é feita por indivíduos, não posso deixar de registrar nesta entrevista que, assistindo pessoalmente à cerimônia de inauguração do atual Campus da UnB localizado na Ceilândia em anos recentes, fiquei chocado em presenciar o silêncio ensurdecido com relação a todo o trabalho lá desenvolvido, que sequer foi mencionado pelas “autoridades” presentes na ocasião...

No Núcleo do Novo Gama, que estendia atividades para as localidades próximas do Pedregal e Céu Azul, já no estado de Goiás, a partir de demandas da população, para exemplificar, o Departamento de Engenharia Civil desenvolveu uma disciplina regular de graduação que acabou criando e construindo o até então inexistente sistema público de abastecimento de água para estas duas cidades do Entorno, processo esse que foi negociado pelo professor da disciplina e seus alunos, com participação decisiva da população, junto ao governo de Goiás; e o Departamento de Serviço Social, que criou um original programa de “mães crecheiras”, composto por donas-de-casa devidamente treinadas pelos estudantes extensionistas e que cuidavam os filhos menores de mulheres que ficavam todo o dia trabalhando como “empregadas domésticas” no Plano Piloto.

**Outra política foi a inserção da extensão no currículo escolar como crédito de módulo livre, além da criação do Pibex. Hoje, a UnB e outras universidades passam pelo processo de inserção curricular da extensão, de acordo com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê o mínimo de 10% do total de créditos exigidos para a graduação para programas e projetos de extensão universitária. Considera que esse movimento é importante para a formação dos estudantes?**

Já falei anteriormente sobre o chamado “módulo livre”, cuja criação se deu aqui na UnB nos idos dos anos 1980 durante a nossa gestão. Na época de sua criação, a Resolução foi debatida em todos os departamentos e Unidades da instituição, com duros debates, até chegar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conselho, aliás, que até então era denominado unicamente “de ensino e pesquisa”...) onde foi finalmente homologada por ampla maioria. Considero essa iniciativa, sem dúvida, um dos pontos mais exitosos e avançados logrados pela extensão universitária no contexto acadêmico não somente da UnB como do país inteiro. Trata-se de uma modalidade que veio contribuir diretamente para aumentar a visibilidade do conceito de extensão no sentido da sua institucionalização acadêmica.

Durante a pandemia, a educação foi fortemente afetada. A extensão, em especial, sofreu pela impossibilidade das ações presenciais. Acha que esses desafios já estão superados?

Não tenho como responder diretamente à pergunta, uma vez que neste momento não estou inserido nas atividades de extensão desenvolvidas pela UnB com a devida profundidade. Contudo, posso contribuir com um comentário. Há mais de um ano o Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB – Mestrado e Doutorado (Avaliação 5 Capes, que significa um conceito “Muito Bom”) - propôs ao DEX iniciar atividades conjuntas no (futuro) Polo da UnB no Paranoá/Itapoã recentemente proposto pela nossa Reitora, profa. Márcia Abrão. É oportuno registrar que a UnB já teve um vibrante Núcleo Permanente de Extensão em pleno funcionamento por alguns anos no Paranoá, a partir de 1986 até o início dos anos 1990, inclusive com o desenvolvimento das atividades cuja base era uma confortável casa pré-moldada especialmente construída pelo GDF na época.

Nossa proposta feita ao DEX foi que a área de bioética da UnB - por meio do Centro Internacional de Bioética de Humanidades (CIBH) e da Cátedra Unesco de Bioética - estaria disponível para contribuir com a criação e funcionamento de um pioneiro Curso de Pós-Graduação Strictu Senso – de Especialização. Tal curso teria uma proposta temática geral e atrativa, respeitando a carga horária mínima prevista pelo MEC para esse tipo de atividade (360 horas/aula) e direcionado à população do Paranoá e Itapoã. Propusemos-nos a ministrar pelo menos dois módulos iniciais, introdutórios, com 60 horas/aula cada, sobre, respectivamente, Ética e Bioética, temas introdutórios indispensáveis para uma adequada formação cidadã. Como as atividades de “Especialização” são do âmbito do Decanato de Pós-Graduação, sugerimos na época um contato formal do DEX com o DPG para ativarmos a ideia. Continuamos à disposição.

E aqui fecho minha resposta com relação ao eixo central da pergunta acima formulada. Passada a pandemia – o que ainda não aconteceu completamente – a UnB necessita retomar suas atividades no campo da extensão. Neste sentido, nossa proposta é oferecer o curso acima como um primeiro passo de APROXIMAÇÃO com as comunidades do Paranoá/Itapoã, oportunizando acesso a uma atividade concreta pela população e, assim, iniciar a abertura de espaços democráticos para a construção de outras iniciativas a serem programadas a partir de necessidades concretas detectadas na realidade destas duas cidades, abrindo uma nova frente nas atividades de extensão da UnB, ombro a ombro com as comunidades locais.